Cahora Bassa na Imprensa após o acordo tripartido

N. 14/6/84

A importância da barragem de Cahora Bassa e a sua enorme capacidade hidroenergética tem sido tema de numerosas publicações estrangeiras, particularmente depois do Acordo de Nkomati, que abriu as portas à resolução de alguns problemas económicos que afectavam este importante empreendimento. Eis, por exemplo, o que publicou a revista «Cadernos do Terceiro Mundo» na sua edição de Abril:

A questão de Cahora Bassa teve uma importância muito maior do que parece na concretização dos acordos entre Moçambique e África do Sul. Embora os contactos preliminares tenham sido cercados da maior descrição, sabe-se que muito provavelmente foi o interesse de Portugal, África do Sul e Moçambique, em rever os acordos sobre a barragem do rio Zambeze, que criou o clima para os entendimentos do encontro do rio Nkomati.

Portugal tinha interesse em reajustar os preços do «kilowatt» fornecido por Cahora Bassa devido ao défice mensal de 124 mil dólares da empresa administradora da hidroeléctrica. A África do Sul só teria a ganhar com uma maior segurança das linhas de transmissão ao longo dos 1 400 km de torres e cabos de alta tensão. Várias vezes a região do Transvaal sofreu cortes de energia nos últimos dois anos em consequência de actos de sabotagem. Por seu lado, Moçambique tem todo o interesse em ganhar, pelo menos, uma parte dos lucros do fornecimento da energia eléctrica. Pelo acordo assinado em 1975, os moçambicanos não teriam direito a pagamento algum até que a represa situada no seu território fosse considerada paga pela África do Sul e Portugal. Teoricamente, isto devia acontecer por volta do ano 2014, mas na prática todas as partes envolvidas na questão, admitem que Cahora Bassa nunca seria paga se fossem mantidas as regras vigentes até Janeiro.

Houve, assim, uma soma de interesses que muito provavelmente funcionou como quebra-gelo. A tal ponto que das quatro comissões criadas pelo acordo do rio Nkomati, a questão de Cahora Bassa foi a primeira a dar resultados concretos. No dia 27 de Março, Portugal, Moçambique e África do Sul, decidiram em Lisboa, aumentar em 100% o preço do «kilowatt» de Cahora Bassa que passará a custar aproximadamente cinco dólares. O preço ficou abaixo das pretensões portuguesas fixadas inicialmente em torno de 200%. Mas mesmo assim o défice mensal baixará agora de 124 mil para apenas 16 mil dólares.

A barragem de Cahora Bassa está situada a 150 km ao norte da cidade de Tete, na província moçambicana do mesmo nome. O lago formado pela retenção das águas do rio Zambeze, tem 220 km de comprimento e 20 km de largura. A represa tem uma extensão de 300 metros e uma altura de 170 metros, podendo gerar até 400 mil «kilowatts». As linhas de transmissão são as mais extensas do mundo. Cahora Bassa começou a ser construída em 1969 por um consórcio de 17 firmas alemãs, suíças, francesas, italianas e portuguesas, comandadas pelo **Trust** sul-africano **Anglo-American.**

Quando o projecto começou a ser concebido, tinha como objectivo servir de pólo aglutinador das economias de cinco países (África do Sul, Moçambique, Rodésia — hoje Zimbabwe —, Malawi e Zâmbia) sob a inspiração da política colonialista portuguesa. Além da energia eléctrica, os participantes e financiadores do projecto pretendiam explorar uma área de 1,5 milhões de hectares onde seriam instalados até 600 mil colonos europeus que trabalhariam na agricultura e na mineração. O minério de ferro, retirado da região de Cahora Bassa, já rendia às firmas exploradoras em 1967, a quantia de 37 milhões de dólares anuais. Na época, o projecto era tão importante para o colonialismo português que o fundador da FRELIMO, Eduardo Mondlane, afirmou que «ou destruímos Cahora Bassa, ou seremos destruídos por ela». O crescimento da luta anticolonial foi muito mais rápido do que o previsto por Mondlane e as duas hipóteses acabaram por não se concretizar. Mas Moçambique ainda luta para poder usufruir das vantagens da represa. **(C. C.)**